

Algumas questões sobre a crise capitalista em curso e a reconstrução da IV Internacional

por EMILIO ALBAMONTE



Nos últimos anos, a Fração Trotskista-Quarta Internacional (FT-QI) desenvolveu uma crescente intervenção na luta de classes dos países onde atua, e insistiu na defesa da teoria marxista frente a distintos tipos de revisão que significavam um passo atrás do já avançado por ela, já que, como afirma Trotsky, uma época de reação ideológica impõe como tarefa central a defesa das conquistas teóricas do marxismo e do movimento operário, produto das experiências revolucionárias anteriores. Simultaneamente, temos colocado como critério de unificação com outras correntes que se reivindicam marxistas revolucionárias, balanços em comum dos principais fatos da luta de classes, entendidos estes não a partir do ângulo estreito das lutas econômicas ou mesmo políticas do proletariado, mas (e fundamentalmente) das guerras ou dos levantamentos e jornadas revolucionárias que se desenvolveram (ainda que de forma muito parcial) em distintos lugares do mundo.

No entanto, frente à irrupção de uma crise capitalista de caráter histórico, que mesmo os analistas burgueses são obrigados a comparar com a

Grande Depressão dos anos 30, nós marxistas revolucionários devemos mudar os parâmetros e as hierarquias de nossas tarefas e colocar os assuntos de programa, de estratégia e tática revolucionárias como centrais na tarefa de construir partidos revolucionários em cada país, e uma internacional marxista revolucionária, já que a crise será parteira de grandes acontecimentos da luta de classes e conseqüentes transformações na subjetividade dos trabalhadores e dos oprimidos.

COMO NOS PREPARAMOS PARA A CRISE

Em julho deste ano, realizamos a V Conferência Internacional de nossa organização, onde, em três importantes documentos, discutimos:

a) A crise econômica que há quase um ano vinha se desenvolvendo sem pressa, mas sem pausa. Relacionado com isto, prevíamos a exacerbação das tensões geopolíticas e a provável influência na luta de classes.

b) A dinâmica da subjetividade da classe trabalhadora e a crise do marxismo revolucionário nas últimas décadas.

c) Por ser uma corrente que tem maior influência na América Latina, analisamos pormenorizadamente a situação de nosso subcontinente e, em especial, dos processos políticos (governos de tintura nacionalista burguesa ou de frente popular, etc.) que eram a resposta a processos de insubordinação de massas em vários países.

No primeiro documento (“Teses sobre a Situação da Economia e das Relações Interestatais em nível mundial”¹) definimos que a crise que estava sacudindo o planeta, começando pelos países imperialistas mais importantes, era o produto da incapacidade da burguesia de sustentar uma alta taxa de acumulação a longo prazo. Ainda que a ofensiva neoliberal haja obtido decisivos triunfos contra a classe operária, recuperando a taxa de lucro (após o fim do boom do pós-guerra), isso não foi suficiente para permitir que os capitalistas tivessem confiança em seu próprio sistema e reinvestissem seus maiores lucros na produção e distribuição de mercadorias e serviços. Discutimos que isso era mais notório já que o capitalismo havia conseguido reconquistar amplas zonas do planeta que, desde a Segunda Guerra Mundial – e ainda desde antes –, estavam fora do circuito de valorização do capital, como a URSS, a Europa Oriental e a China. A restauração capitalista nestes países, ainda que tenha permitido baixar o preço da força de trabalho em nível internacional e formar nichos rentáveis para a exploração capitalista nas últimas

¹ Os textos completos desses documentos estão disponíveis em www.ft-ci.org.

duas décadas, não foi suficiente para relançar um processo de acumulação capitalista ampliada e durável. Os analistas superficiais pretendem ver na desregulamentação das finanças capitalistas e das bolhas como a imobiliária, a causa do descalabro atual. Uma observação marxista séria deve partir de assinalar que, ainda que pareça um paradoxo, foi a própria capacidade da burguesia imperialista de sobrepor-se às crises que se sucederam desde o fim do boom do pós-guerra, sem uma dura liquidação de capital sobranante, sem conflagrações inter-imperialistas, o que levou a uma sobre-acumulação de capitais persistente e à necessidade do desenvolvimento de uma fabulosa montanha de capital fictício para permitir que o sistema continuasse funcionando, acumulando contradições que agora se abrem.

Está se comprovando um aspecto central da teoria marxista: o capitalismo senil, em sua fase imperialista, só pôde conseguir um período de desenvolvimento relativamente forte (os “trinta gloriosos” do boom do pós-guerra) após uma monstruosa destruição de infra-estrutura, bens de capital, mercadorias de todo tipo e inclusive de população “sobranante” (as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão).

Se os capitalistas pensaram que atacando os trabalhadores, inclusive liquidando suas conquistas históricas (como os ex-estados operários que estavam fora da acumulação capitalista), conseguiriam o “elixir da juventude”, a crise atual os lembra de que a destruição massiva de capitais e, em última instância, a guerra, é a “lei” de seu desenvolvimento nesta época de decadência.

Dizer que estamos em uma situação que tende a uma depressão não é dizer pouco, já que a dos anos 30 levou ao ascenso do fascismo na Alemanha, à Guerra Civil espanhola e muitos outros fenômenos de grande magnitude, que somente culminou com a vitória “aliada” na Segunda Guerra Mundial, impondo a hegemonia norte-americana que nas últimas décadas vem se debilitando e que esta crise põe em xeque.

Após a Conferência, já estamos assistindo a incipientes fenômenos de lutas interestatais como a guerra entre Rússia e Geórgia (onde os aliados desta última, EUA e a União Européia, mantiveram distintas posições) ou as tensões entre a Índia e o Paquistão (que recrudesceram depois dos recentes atentados terroristas em Mumbai) que indicam a dinâmica dos acontecimentos.

Nas últimas semanas e meses se desenvolveram lutas estudantis e da juventude no Estado Espanhol, Itália e fundamentalmente na Grécia, que se transformaram em uma revolta juvenil nacional, que incluiu uma greve geral, após o assassinato de um jovem de 15 anos. A emergência da juventude hoje (como no ano 1968) previsivelmente está anunciando a entrada em luta dos trabalhadores.

O fato simbólico de que, pela primeira vez desde os anos 30 nestes países, duas fábricas tenham sido tomadas, uma em Chicago (Estados Unidos) e outra no norte da Alemanha, seguindo um método aplicado na América Latina nos últimos anos, nos diz, quando a crise está recém começando a fazer sentir seus efeitos, de que se revalorizarão todos os métodos de luta de classe operária, como assinalamos nas Teses.

* * *

No documento “Classe operária, subjetividade e marxismo” fizemos uma história da involução da subjetividade operária diante do ataque contínuo do capital e a capitulação final das burocracias stalinistas perante a dupla pressão do imperialismo e do perigo de que os processos de revolução política se desenvolvessem e triunfassem.

A sobrevida do capitalismo desde os anos 80 e sobretudo desde as restaurações capitalistas (década de 1990) incluiu uma nova divisão mundial do trabalho que debilitou relativamente os trabalhadores industriais dos países centrais (transformados em economias com maior peso dos serviços), enquanto deslocavam uma parte importante da indústria para o sudeste asiático (e a China em particular), México, Brasil e Europa Oriental, enquanto a maioria dos estados semi-coloniais permaneciam essencialmente como produtores de matérias-primas. Isso produziu um novo salto no desenvolvimento desigual e combinado, com o surgimento de novos países com relativa industrialização (como China e Índia).

No último quinquênio (2002-2007), o crescimento a altas taxas da economia mundial levou a uma baixa do nível de desemprego e a numerosas lutas econômicas dos trabalhadores em países de todos os continentes em busca de recuperar algo do que foi perdido durante a ofensiva neoliberal. O proletariado que, dirigido por burocracias social-democratas, stalinistas ou nacionalistas burguesas, havia perdido grande parte das conquistas alcançadas no pós-guerra, conseguiu nestes últimos anos alguns avanços em recuperar algo do que foi perdido na redistribuição das rendas nacionais (sobretudo os setores sindicalizados), mas sem conseguir superar a enorme divisão entre trabalhadores efetivos, precários e desempregados, transformada em novo “senso comum”.

Enquanto o Oriente Médio continuou sendo persistentemente uma região convulsiva do planeta, com a resistência do povo palestino frente à opressão do Estado sionista de Israel, a Guerra do Golfo em 1991, etc; nos países centrais, após um período de recomposição da classe trabalhadora a partir de marcos como a greve geral dos servidores públicos franceses do ano de 1995 ou as “guerras operárias” na Coreia do Sul em 1996-97, emergiu o movimento da juventude “*no global*”, com uma ala esquerda anticapitalista,

estendendo-se de Seattle (EUA) em 1999 até vários países europeus. Com a invasão norte-americana no Iraque em 2003, se desenvolveu um forte movimento anti-guerra, com marchas massivas mas impotentes para frear a maquinaria imperialista. Todas estas distintas expressões da luta de classes não conseguiram reverter o marco geral da relação de forças, mas foram experiências que já estão voltando a ter significado (Grécia) frente à crise.

A longa ofensiva política e ideológica do capital não só levou tendencialmente a que os partidos social-democratas se transformassem em partidos burgueses “normais” e que os ex-stalinistas seguissem o mesmo caminho ou desaparecessem, mas que levou a uma polarização do que restava do movimento marxista revolucionário (trotskismo). Em um pólo, aqueles que renunciaram à estratégia da ditadura do proletariado, sendo o caso mais importante o da LCR francesa que está dissolvendo sua organização e fundando um “Novo Partido Anticapitalista” (com reformistas, autonomistas, anarquistas, etc., sem definição de classe nem de estratégia revolucionária). Há casos de mais aberta colaboração de classes, como o PSOL do Brasil. Outros, como o SWP britânico, formalmente reivindicam a necessidade de construir partidos revolucionários, mas sua estratégia é a formação de frentes de colaboração de classes com caudilhos reformistas (Galloway) e setores burgueses da comunidade muçulmana. A coalizão Respect explodiu pelos ares no ano passado com virulentas acusações mútuas. No outro pólo, milhares de seitas (no sentido literal do término) recitadoras de um programa morto sem sequer uma mínima influência em setores do movimento operário e da juventude.

Entre esses dois pólos, há organizações como a Lutte Ouvriere da França, que historicamente não dedicou maiores esforços para construir uma tendência internacional, e que na atualidade teve, lamentavelmente, uma política inclusive mais oportunista que a da LCR formando alianças com os partidos da “esquerda plural” (PS, PC, Verdes) para obter alguns cargos municipais.

Além disso, existem outros agrupamentos como a LIT-QI, impulsionada pelo PSTU do Brasil, e a CRCI, impulsionada pelo PO da Argentina. O PSTU conquistou certo peso sindical (via Conlutas, um reagrupamento de um setor da esquerda sindical brasileira), mas mantém um acordo eleitoral permanente com o PSOL, apesar do contínuo giro à colaboração de classes aberta deste último. O PO foi um dos impulsionadores do movimento piqueteiro na Argentina desde o ano 2000.

Nossa corrente, a FT-QI, tem travado uma batalha para recuperar a teoria e o programa do trotskismo, único marxismo revolucionário desde a degeneração stalinista da III Internacional, e tem feito algumas significativas experiências nas lutas operárias mais avançadas (um papel dirigente nas fábricas ocupadas e postas a funcionar sob gestão operária na Argentina, em

especial Zanon e Brukman, assim como em processos de reorganização operária em diversas fábricas e empresas; a participação nas lutas dos mineiros de Huanuni na Bolívia e na semi-insurreição em El Alto, aportando posteriormente para a reorganização sindical nesta localidade; participação nos conflitos dos operários da Sidor e de Sanitarios Maracay na Venezuela).

Em síntese, podemos dizer que a crise encontra o proletariado em um processo de recuperação parcial de suas lutas e de sua consciência (fundamentalmente na América Latina e na Europa) e, ainda que nesses últimos anos teve um relativamente alto nível de emprego, esteve atravessado por um fenômeno universal de precarização que já está transformando as camadas mais flexibilizadas da classe operária nas primeiras vítimas da crise.

O marxismo, do ponto de vista teórico, praticamente desapareceu da vida do movimento operário e se manteve recluso (no melhor dos casos) em âmbitos universitários, onde se transformou predominantemente em um marxismo acadêmico fortemente submetido a todos os ventos revisionistas, “especializado em economia” ou outras disciplinas acadêmicas, contribuindo para gerar entre os docentes e estudantes uma profunda aversão e hostilidade em relação à fusão com o movimento operário e uma inimizade mortal em relação à construção de partidos revolucionários.

A maior parte deste marxismo acadêmico contribuiu para a ideologia dominante nas últimas décadas, que transformou o leninismo (e o trotskismo) no “verdadeiro inimigo”, considerando o totalitarismo stalinista não como a negação contra-revolucionária daqueles, mas como a sua mais plena realização.

A esta altura, devemos nos perguntar por que nós, as três tendências principais que reivindicamos a necessidade da reconstrução ou refundação da IV Internacional e pretendemos acrescentar nossa influência na luta de classes, estamos fundamentalmente na América Latina (LIT, CRCI, FT-QI). Em primeiro lugar, há motivos históricos: o trotskismo, há mais de cinquenta anos, foi uma corrente política de peso em vários países da América Latina. Em segundo lugar, nosso subcontinente teve uma espécie de *ensaio geral* da crise mundial em curso, no início da presente década e isso nos leva ao terceiro documento discutido na V Conferência (“Questões chave da situação latino-americana”). Assistimos a grandes ascensos de massas, inclusive jornadas revolucionárias, e tentativas de golpes contra-revolucionários, em países tão diferentes como Argentina, Equador, Bolívia ou Venezuela. Ainda que esses processos tenham sido retardados e eventualmente desviados pelo ciclo de crescimento da economia mundial 2002-2007, a América Latina é a única região do mundo que nos últimos anos viu mineiros junto a camponeses armados com dinamite para derrubar um governo (Bolívia), levantamentos do povo pobre para enfrentar um golpe contra-revolucionário e a

importante experiência de controle operário feita em duas grandes refinarias pelos trabalhadores na luta contra a paralisação-sabotagem petroleira imperialista (Venezuela), ou a unidade (ainda que circunstancial) nas ruas de “piqueteiros” desempregados e “assembléias populares” de setores das classes médias, junto a fábricas ocupadas e geridas por seus trabalhadores (Argentina). Mais ainda, toda a teoria política burguesa e de esquerda escreveu rios de tinta sobre os novos regimes e governos “populistas” da região.

Tomando o conjunto da América Latina e não só o sul do continente, também assistimos a um fenômeno enormemente novo no México, com a emergência da Comuna de Oaxaca, dirigida pela APPO (Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca) que, além de criar uma organização de tipo “pré-soviética”, implicou a tomada durante várias semanas de meios de comunicação de massas (rádio e televisão) que passaram a transmitir dia e noite os acontecimentos da luta, e documentários e informes sobre a história de movimentos revolucionários. Este fato antecipa, no nível de um estado do México, um aspecto da fisionomia que terão os acontecimentos revolucionários do século XXI.

A fortaleza dos processos latino-americanos é que produziram, em um período relativamente curto (2000-2007), múltiplas e variadas formas de lutas. A debilidade foi que os setores mais concentrados da classe operária não cumpriram um papel destacado, sendo os setores de vanguarda os eventuais aliados do proletariado (camponeses e classes médias urbanas) ou os estratos mais vulneráveis da classe operária (os desempregados). Um fenômeno pequeno, mas altamente simbólico como Zanon, onde a unidade dos trabalhadores da fábrica, junto aos desempregados, impactou o movimento operário sindicalmente mais importante da província (organizado na CTA) e gerou simpatia em amplos setores da população, conseguindo inclusive uma paralisação geral diante de uma ameaça de despejo (abril de 2003), mostra a potencialidade que estas frentes únicas dos explorados teriam tido se a classe operária tivesse estado à cabeça.

Na Argentina, os setores chave da classe operária empregada não intervieram, a princípio, nos momentos mais revolucionários, porque ela estava dizimada pelo desemprego e pelo freio das burocracias sindicais, e logo, quando desapareceu o elemento catastrófico da crise econômica, os trabalhadores que voltavam às fábricas e empresas se enfrentaram com regimes políticos reconstituídos, fato pelo qual só se desenvolveram lutas econômicas.

O processo de conjunto na região, com suas fortalezas e suas grandes debilidades (e inclusive a utilização demagógica por parte de Chávez de consignas como “o socialismo do século XXI” junto a apelos a Marx e inclusive a Trotsky), permitiu que o marxismo, do ponto de vista teórico e político, saísse um pouco da Academia e começasse a impactar setores da vanguarda

operária e estudantil. Neste último ano, 2008, nossa corrente conseguiu impulsionar um amplo processo de debate não só na Argentina mas também no Brasil, no México e ainda na Bolívia, por cima das camarilhas acadêmicas e filiações de tendência.

QUE PROGRAMA E QUE ESTRATÉGIA LEVANTAR FRENTE À CRISE

Como é sabido, Leon Trotsky formulou no Programa de Transição um conjunto de reivindicações programáticas que permitiram traçar uma ponte entre a consciência atrasada do proletariado e sua necessidade de luta para evitar ser desintegrado por uma crise similar à atual.

Explicitamente, Trotsky declarava que o conjunto de reivindicações deve levar a uma só conclusão: a tomada do poder pelo proletariado. Isso significa que o programa não é para conseguir reformas – estruturais ou conjunturais – como afirmam todo tipo de reformistas ou centristas hoje, mas que está ligado a uma clara estratégia de poder operário.

Nas discussões sobre o Programa, o mesmo Trotsky insistia que os sectários viam como demasiado mínimas consignas como a expropriação de grupos especiais de capitalistas ou outras, e os oportunistas viam como demasiado “vermelho” impedir as demissões e impor mediante a ação direta a divisão das horas de trabalho a custa do lucro acumulado dos capitalistas.

Ambos os setores, sectários e oportunistas, se atinham (se atêm) a uma parte do programa, mas não viam que o objetivo de conjunto era desenvolver a mobilização e a consciência dos trabalhadores para que estes cada vez mais se aproximassem da única conclusão estratégica correta: preparar-se para vencer. Toda construção de um partido revolucionário hoje não pode se limitar a levantar uma série de consignas corretas, mas desalinhadas como a divisão das horas de trabalho, a nacionalização dos bancos e do comércio exterior, a defesa do nível dos salários, etc. Para tentar dirigir o processo em um sentido revolucionário, a estratégia marxista revolucionária levanta três questões principais: a) a mais estrita independência de classe oposta a todo programa de “acordo social” ou político à custa dos trabalhadores, b) o impulso mais audaz a uma política de auto-organização democrática dos explorados; c) a construção de um partido de trabalhadores revolucionário que conduza a luta à vitória.

Em primeiro lugar, é necessário impedir que os trabalhadores caiam na política à qual suas direções de colaboração de classes os arrastarão. Isso pode ser realizado abertamente, apoiando partidos frente-populistas (como por exemplo o MAS de Evo Morales na Bolívia) ou nacionalistas burgueses (como

o PSUV de Chávez), ou mais comumente cedendo à política das patronais e governos que chantageiam, dizendo, por exemplo: “manteremos o trabalho, desde que aceitem a desvalorização da moeda” (o que por sua vez levará a uma queda dos salários reais dos trabalhadores).

Nas primeiras etapas da crise, como a que estamos vivenciando agora, os “pactos sociais” de todo tipo estarão na ordem do dia, impulsionados pelas patronais e governos, e impostos pelas burocracias operárias. Propostas como a de “manter os postos de trabalho” abrindo mão do salário, aceitar a demissão dos precarizados para evitar as demissões de efetivos, aceitar as suspensões ou reduções do tempo de trabalho com rebaixamento dos salários, etc., serão parte de enganos que, além de serem totalmente impotentes para frear a crise de conjunto, produzirão (ao não serem combatidos conscientemente pela classe operária e pelos marxistas revolucionários) o desgaste do proletariado, e sobre esta decomposição, o avanço de governos bonapartistas atacará a liberdade de organização dos trabalhadores e dos direitos democráticos em geral. É por isso que os trabalhadores devem lutar sob a consigna de “que os capitalistas paguem a crise”, e quando estes disserem que vão à falência, deveremos responder como Trotsky: se não podem manter seus escravos assalariados, então não há outro caminho senão expropriá-los. Esta discussão, que parecerá excessivamente “radical” para companheiros que há décadas não vivem uma crise desta magnitude, se ajusta escrupulosamente à dinâmica da luta e à psicologia dos próprios operários.

Os operários de Zanon na Argentina, até dois anos antes de começar a crise [de 2001], quase não haviam feito greves e a fábrica estava cheia de supervisores que controlavam rigorosamente tudo o que se passava. No entanto, quando começou a ficar claro que o patrão não queria acordos e que cada vez tendia mais a manter uma pequena parcela de trabalhadores ou inclusive a fechar a fábrica, mais e mais trabalhadores foram se convencendo, primeiro de impedir esses planos, e, algum tempo depois, de que não havia outro caminho senão tomar a fábrica e colocá-la para produzir, exigindo sua expropriação e estatização sob gestão operária direta. No entanto, a lógica de sua ação não parou por aí, já que, para aumentar sua força social, tiveram que se ligar com o principal movimento de desempregados da província, e depois com o conjunto dos movimentos de desempregados, aos quais ofereceram postos de trabalho na própria fábrica recuperada. Isso fez surgir um novo “poder operário” na província de Neuquén que impactou e ganhou como aliados, apesar de suas direções, os trabalhadores estatais e os docentes. O Sindicato dos ceramistas (SOECN) chamou as organizações operárias, estudantis e de direitos humanos da província a conformarem uma “Coordenadora” que funcionou durante cerca de um ano. Após o triunfo de Kirchner e a retomada da situação por parte da burguesia, as agrupações que participavam da Coordenadora

del Alto Valle foram se retirando e esvaziando-a. Se a crise tivesse durado mais tempo, é muito provável que a política do SOECN de que a Coordenadora não fosse somente de dirigentes e de agrupações, mas que tivesse mandatos de base, poderia ter se generalizado e dado origem a algo parecido com um conselho de trabalhadores da cidade de Neuquén.

Neste grande exemplo, ainda que em pequena escala, pode-se ver a relação inseparável entre a luta pela independência de classe contra todas as “alternativas” e “soluções” patronais, e uma ampla política de auto-organização dirigida não só ao conjunto dos trabalhadores, mas ao conjunto dos explorados e oprimidos. Somente esta combinação dos dois aspectos estratégicos que assinalamos se ajusta à política dos revolucionários para evitar que a crise decomponha o proletariado e que, ao contrário, o fortaleça como classe consciente. Quando dizemos que na América Latina houve um ensaio geral da crise atual, também queremos dizer que o Programa de Transição demonstrou não ser uma velha relíquia, mas sim a ferramenta que mais se ajusta para enfrentar uma crise aterradora como a atual.

Dissemos acima que o terceiro elemento imprescindível de uma estratégia revolucionária é o partido. Trotsky diz que o partido revolucionário cumpre para o proletariado o mesmo papel centralizador das experiências que cumpriram as universidades nos movimentos revolucionários burgueses. Por sua vez, não confunde o partido com os conselhos operários ou os soviets. Diz que, ainda que as forças que dirigiam os soviets fossem infinitamente maiores que o partido bolchevique, sem a direção perspicaz e firme deste último, os soviets, sob direção conciliadora, teriam capitulado à burguesia (e por essa via à frente dos aliados na Primeira Guerra Mundial) e, dessa forma, arruinado as possibilidades da revolução.

Não há outro instrumento, na história da luta dos explorados, que tenha demonstrado ser mais eficaz que um partido revolucionário internacionalista experimentado nas lutas mais importantes de seu próprio proletariado e que nos momentos decisivos não ceda, como diz Trotsky, nem ao terror contrarrevolucionário nem ao “canto de sereia” da frente popular.

Gramsci, por sua vez, sustenta que a importância de um partido se mede pelo que aporta a sua classe, sendo parte de sua história de lutas. É por isso que, no começo dessa crise, devemos reatualizar não só o Programa de Transição, mas também aprender com a experiência da Oposição de Esquerda e da IV Internacional com Trotsky em vida, e inclusive das melhores experiências do movimento trotskista no pós-guerra que, ainda que de conjunto tenha se tornado centrista, aportou em alguns marcos importantes (fios de continuidade histórica) ao desenvolvimento da classe operária dos últimos sessenta anos.

Esta questão nos leva à questão central de por que lutar pela reconstru-

ção da IV Internacional e por seus partidos nacionais: porque não há nenhuma organização, “nova” ou velha, que tenha uma estratégia superior à dos marxistas revolucionários. Os anarquistas se transformaram em ministros – só uma pequena minoria se opôs a este curso – e ajudaram a liquidar a grandiosa Revolução Espanhola, antes de desaparecer como corrente operária internacional. Os autonomistas, que são uma variante do anarquismo, demonstraram ultimamente sua total impotência no México (e seu brutal sectarismo frente ao movimento de luta mais avançado desse país, a Comuna de Oaxaca). Os stalinistas triunfantes como Mao, ou as direções guerrilheiras como Castro, adotaram a estratégia do “socialismo em um só país” e formaram Estados burocráticos que proibiam toda tendência à auto-organização das massas e perseguiram os trotskistas, e terminaram cedendo à pressão do imperialismo com a restauração capitalista mais brutal, como na China, ou abrindo o caminho a ela, como em Cuba.

Só o Partido Bolchevique triunfou dirigindo os soviets e, para derrotá-lo, tiveram que liquidar fisicamente quase toda a direção que havia feito a revolução, para fazer desaparecer esse acúmulo de experiências revolucionárias não só da URSS mas de todo o mundo. Nem em Cuba, nem na China, nem no Vietnã, surgiram setores do tipo da Oposição de Esquerda Internacional, que teve de ser varrida a sangue e fogo na URSS e brutalmente ilhada e perseguida em nível internacional. Nesse sentido, o trotskismo é o herdeiro direto de uma tradição de mais de 150 anos de teoria, experiência e luta do movimento operário. Diferente da maioria dos trotskistas do pós-guerra que capitularam aos distintos aparatos que dirigiam circunstancialmente o movimento operário ou de massas, trata-se de construir partidos que desenvolvam todas as suas táticas (a “condução de operações isoladas”, como diz Trotsky) na perspectiva estratégica de dirigir como uma arte a insurreição armada do proletariado e seus aliados, contra uma burguesia que não hesitará em querer esmagá-los com os métodos da contra-revolução, uma vez que esteja esgotado seu último recurso, a frente popular. Parafraseando Trotsky, nosso método é a revolução proletária, nosso objetivo é o poder dos trabalhadores baseado em conselhos dos operários, dos camponeses e do povo pobre.

Se não refundamos a IV Internacional, baseados nesses métodos e com esses objetivos, só nos resta a impotência sectária ou a capitulação oportunista.

SOBRE UM ASPECTO CENTRAL DA TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

Esta crise encontra o proletariado organizado em sindicatos (de indústria, serviços e estatais) que no melhor dos casos agrupam 20 ou 25% da classe trabalhadora, e em sua maioria, inclusive em países centrais como a França

– de longa tradição de luta –, não organizam mais que 10% dos trabalhadores. Temos que matizar este fato em dois sentidos. O fenômeno mais negativo é que, nos últimos trinta anos de ofensiva neoliberal, surgiu uma “subclasse” de precarizados ou diretamente desempregados permanentes que não têm nenhum tipo de organização. Os casos excepcionais, como o “movimento piqueteiro” na Argentina, surgiram por fora (e contra) os sindicatos, que haviam deixado os desempregados jogados a sua própria sorte. Do ponto de vista da potencialidade dos sindicatos como instrumentos de luta, deve-se dizer que no movimento operário de numerosos países há organizações nos locais de trabalho que tendem a superar, muitas vezes, a linha de divisão de acordo com a sindicalização e permite que nas fábricas ou estabelecimentos os trabalhadores possam atuar de forma unificada.

As principais diretrizes dos marxistas para o movimento operário passam por reconhecer, em primeiro lugar, a existência destas organizações que, apesar de suas imensas limitações, são as mais amplas que tem o movimento operário considerado como uma classe internacional. A política de Leon Trotsky no Programa de Transição partia de considerar como não compatível com a participação na IV Internacional toda organização que não tenha uma política de participar na vida dos sindicatos. Hoje isso é tão correto como em seu momento. No entanto, essa política deve se realizar ligada a seu conteúdo real de luta, que é a exigência da mais ampla frente única operária para resistir ao ataque dos capitalistas que hoje já se expressa em milhares e milhares de demitidos e de suspensões. A participação nos sindicatos com esta política deve se fazer na perspectiva de luta incansável para superar o rotineirismo, o divisionismo e a dependência política e ideológica em relação a seus respectivos Estados burgueses, às burocracias sindicais que os dirigem, ou seja, em uma perspectiva revolucionária. Em tempos de crise como o atual, a política burocrática é mais criminosa que nunca, já que se contenta em amortizar os efeitos da crise, trocando demissões por rebaixamentos salariais e perda de conquistas trabalhistas, levando, no melhor dos casos, para a luta somente seus próprios afiliados, negando-se a impulsionar a unidade das fileiras da classe trabalhadora (efetivos, precarizados, desempregados) e muito menos a levantar um programa de conjunto que compreenda os interesses das classes médias arruinadas da cidade e do campo, e que transforme os trabalhadores em uma verdadeira alternativa frente à decadência da burguesia e de seus governos.

Em todas as ondas revolucionárias do século XX, inclusive em processos revolucionários que terminaram derrotados como Argentina e Chile nos anos 70, tendem a surgir organizações que se transformam em organismos de frente única para a ofensiva, e que superam a organização estreita e rotineira dos sindicatos (soviets na Rússia de 1917, conselhos operários na

Alemanha em 1918, na Hungria em 1956 e em outros países, cordões industriais no Chile, coordenadoras interfabris na Argentina e Assembléia Popular na Bolívia nos anos 70, etc.). Partir das organizações sindicais existentes, ao mesmo tempo em que com uma política de frente única se tenta fazer surgir organizações mais amplas de massas que organizam os trabalhadores e os pobres por região, cidade, província e inclusive em nível nacional, é um dos principais ensinamentos da relação entre programa e tática revolucionária que deixaram os primeiros quatro congressos da III Internacional. O sindicalismo rotineiro por um lado, e os sindicatos “vermelhos” ou o conselhismo abstrato por outro, são dois perigos que toda corrente revolucionária madura deve evitar, partindo das organizações reais dos trabalhadores e, através de uma política de frente única real, tentar superá-las criando organizações aptas não só para resolver as necessidades mínimas, mas para preparar a insurreição que conduza ao poder dos trabalhadores. Cremos que se a crise se desenvolve durante vários anos, como parecem mostrar todas as perspectivas vistas desde hoje, surgirão situações pré-revolucionárias e revolucionárias em numerosos países onde a ligação entre a tática e a estratégia revolucionária estará na ordem do dia.

AVANCEMOS NA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Do ponto de vista das organizações que se reivindicam do marxismo revolucionário, como dissemos acima, o *ensaio geral* dos primeiros anos deste século na América Latina permitiu a existência, com alguma vitalidade, de três tendências que se pretendem internacionais e que têm alguma influência sobre o movimento real. Mas o fato de não ter sido o proletariado o ator fundamental dos ascensos na década que está terminando pressionou para que houvesse adaptações aos regimes de forma oportunista e por sua vez, e estimulou a pretensão de crescerem, se “engordando” de forma sectária, como *tendências*, sem cruzar as barreiras de origem (a LIT, que essencialmente reagrupa os “morenistas”) ou evitando acordos entre grupos importantes que “compitam” num mesmo país (negativa do PO/CRCI a um processo de discussão séria com o PTS e com a FT).

Por nossa parte, levamos a sério o fato de que o processo iniciado em princípios do século em nossa região abria perspectivas revolucionárias. Nosso grupo no Brasil, a LER-QI, propôs uma discussão de partido ao PSTU, enquanto na Argentina o PTS propôs ao PO e outras forças discutir as bases programáticas e políticas para um partido comum, inspirando-nos na tática de “unidade dos comunistas” que Leon Trotsky propôs em 1931, frente ao estouro da revolução espanhola. A falta de

resposta (apesar de nos reunirmos com os dirigentes e mostrar-lhes nosso interesse) implica que as debilidades de origem (longos períodos vivendo em situações não revolucionárias) e conjunturais (ascenso de massas, mas não proletário) impediram até agora iniciar um processo de unificação que supere os estreitos limites da “vida de círculos” (Lenin) e de tendências “puras” ou “não competitivas”.

Nenhuma das correntes que descrevemos acima, inclusive nós mesmos, estamos isentos de degenerar no centrismo ou no reformismo. É por isso que as discussões de estratégia, tática e programa se tornam uma necessidade imperativa cada vez maior para evitar tanto a impotência sectária como a deriva oportunista.

Durante anos mantivemos uma política para a reconstrução da IV Internacional, dirigida às tendências trotskistas com as quais tínhamos maiores convergências, baseada em extrair as lições programáticas e estratégicas dos principais episódios da luta de classes, que chamávamos de “testes ácidos” (a restauração do capitalismo nos ex-Estados operários, a Guerra dos Balcãs, a Guerra do Golfo, etc.). O objetivo era buscar fusões com um alto grau de homogeneidade teórica e política já que a situação política não revolucionária (ou diretamente reacionária) *implicava em que a principal tarefa preparatória para a reconstrução da IV era a propaganda revolucionária.*

Nos últimos anos, como subproduto das convulsões que nosso subcontinente viveu, tivemos iniciativas de unificação mais concretas, como as que assinalamos acima na Argentina e no Brasil, centradas em buscar acordos programáticos e estratégicos para enfrentar as situações presentes. Isso implicava em que não nos convenceria (nem nos convence) buscar acordos em quatro ou vinte pontos gerais abstratos (defesa da ditadura do proletariado, luta contra a frente popular, etc.), como colocaram nesses anos a CRCI e a LIT.

Como parte da luta para colocar de pé partidos de trabalhadores revolucionários, em nível nacional e internacional, dedicamos importantes esforços não só na ação na luta de classes e na luta política mais geral, mas também no debate ideológico frente a todas as “modas” teóricas que buscam legitimar este sistema de exploração e demonstrar “cientificamente” a impossibilidade da revolução operária (ou sua degeneração “inexorável” em direção ao totalitarismo stalinista). A luta ideológica, como já dizia Engels, e que foi retomado por Lenin, é essencial para que o marxismo seja um guia para a ação que permita que o programa seja mais efetivo e potente, e para formar os dirigentes, quadros e militantes conscientes que a classe operária necessita. Por isso, a V Conferência da FT-QI reafirmou a importância deste aspecto da atividade dos revolucionários. Mas a aceleração da crise impõe agora a necessidade de colocar toda a acumulação e as batalhas teóricas em função de uma intervenção política audaz.

Nos últimos anos, a FT-QI em geral e o PTS em particular, levou adiante um audaz giro de sua militância a inserir-se qualitativamente no movimento operário. Fizemos isso “contra a maré” (populista) que privilegiava o trabalho em outros setores explorados ou oprimidos (camponeses, organizações de bairro, desempregados) e lutando politicamente também contra as correntes sindicalistas que opinavam que estávamos frente a um longo período de acumulação de forças “pacífica” da classe trabalhadora. Lamentavelmente estivemos bastante sós nessa luta, sobretudo na inserção no proletariado industrial. A crise trará enormes perigos, ao mesmo tempo em que uma grande oportunidade para os revolucionários, já que os trabalhadores não evoluirão sozinhos nos conflitos (“escolas de guerra”, como Lenin os chamava) mas, como assinalamos acima, serão “educados” pelas enormes penúrias que virão com a crise. Hoje nós revolucionários devemos propôr a nós mesmos nos concentrar mais do que nunca na classe trabalhadora, em sua luta, e ser parte de suas vitórias e suas derrotas. Só desta fusão pode surgir um verdadeiro partido revolucionário.

Se nos últimos anos fomos aproximando uma política de propor discussões concretas em nível nacional sobre a construção de partidos revolucionários comuns com outras organizações que se reivindicam marxistas revolucionárias, trata-se agora de generalizar em nível internacional o método com que formulamos aquelas propostas: todo processo de fusão deve elaborar um programa transicional internacional, ou seja, uma compreensão comum das tarefas que permitam enfrentar a crise e as eventuais situações pré-revolucionárias ou revolucionárias em cada país, intervindo nos processos políticos que se desenvolvam. Na Europa, por exemplo, tanto a LCR francesa como o SWP britânico apostam na construção de uma corrente de “partidos anticapitalistas” europeus. Ter uma política para esses reagrupamentos é fundamental porque podem ser, ao mesmo tempo, um obstáculo centrista no desenvolvimento revolucionário dos setores mais combativos da classe operária e da juventude, como também uma oportunidade de que ao menos parte dessa militância evolua para posições de esquerda principista, pelos golpes da luta de classes e pela ação dos revolucionários. Como se vê, ainda que na América Latina circunstancialmente, pelas razões expostas acima, talvez haja uma maior massa crítica para iniciar a tarefa de reconstrução da IV Internacional; por ser a crise “global”, não se trata de construir uma corrente revolucionária latino-americana, mas de lutar por um verdadeiro reagrupamento internacional.

Acreditamos que este método será o mais eficaz para buscar uma unificação principista não só com as correntes provenientes do trotskismo, mas com aqueles setores e organizações operárias ou da juventude que adotem um caminho em direção a posições revolucionárias frente à catástrofe que nos ameaça e às grandes convulsões políticas e sociais que veremos nos próximos anos.